

---

# Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III

JORGE DE ALARCÃO

**R E S U M O** Discute-se a identificação de alguns lugares da Lusitânia mencionados pelas fontes clássicas (*Portus Hannibalis*, *Laccobriga*, *Statio Sacra*, *Merobriga*, *Portucale*) ou conhecidos através de legendas monetárias (*Cilpes*, *Ipses*). Acrescentam-se uma nota sobre Conimbriga do século V d.C. e sobre os atuns que, segundo Políbio e Estrabão, se alimentavam de bolota.

**A B S T R A C T** Following some notes on archaeology, epigraphy and toponymy of Roman Portugal published in previous issues of *Revista Portuguesa de Arqueologia*, the location of *Cilpes*, *Portus Hannibalis*, *Laccobriga*, *Ipses*, *Statio Sacra*, *Merobriga* and *Portucale* is here discussed. These sites are known from ancient literary sources or coins but their location is still open to debate. Short notes are added on *Conimbriga* in the 5th century and on tunnies which, accordingly to Polybius and Strabo, fed on acorns.

Destas *Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia*, já publicámos dois fascículos, em números anteriores desta mesma revista, que agora acolhe o terceiro bloco de apontamentos. As nossas notas correspondem a revisões de pequenos (às vezes mínimos) problemas. Não trarão novos *dados*, mas diferentes *interpretações* de dados já conhecidos — ou novas *deduções* feitas a partir de dados que se não contestam. O que nos move não é o desejo de sermos diferentes (por vezes, diferentes de nós mesmos ou desdizentes do que anteriormente afirmámos). A nossa intenção é a de manter como problemáticos e necessitados de discussão certos “conhecimentos” que por vezes se dão como definitivamente adquiridos. Se é certo que a história (como conhecimento do que foi sucedido) se vai construindo também com dados e deduções indisputáveis, muito do que dizemos (todos nós, arqueólogos e historiadores) não só é susceptível de acrescentos e aprofundamentos, como de revisões. Mesmo quando estas últimas, por insuficientemente argumentadas, não substituem ou rejeitam por inteiro propostas anteriores, poderão ser úteis. Se acaso uma proposta de interpretação alternativa não reúne consenso ou é mesmo, com válidos argumentos, rejeitada, a demonstração, por outros, de que tomámos caminho errado e de que o caminho anterior era, afinal, o correcto é já um progresso na via da indagação histórica.

## 16. A identificação dos *Cilibitani* de Plínio e da sua capital

Plínio, IV, 35, 118 menciona os *Cilibitani* ou *Cibilitani* (consoante os manuscritos) entre os *oppida stipendiaria* da Lusitânia.

Admitindo, como melhor forma, *Cilibitani*, o nome do *oppidum* seria *Cilibis* e esse nome, a ter-se conservado, teria dado o actual de Silves, através de \**Cilbis*, que poderia ter uma variante gráfico-fonética *Cilpis* (Guerra, 1998, p. 397-399). O *oppidum Cilibis* deve, provavelmente, identificar-se com a *Cilpes* ou *Cilbe* conhecida através de legendas monetárias de fins do século II ou inícios do I a.C. (Veiga, 1910, p. 229-233; Faria, 1995, p. 146, 1996, p. 177, 1997, p. 363-365; Marinho, 1998, p. 24-25; Gomes, 1998, p. 35-38; García-Bellido e Blázquez, 2001, II, p. 106).

P. Batalha Reis (1934), citando a opinião de David Lopes, considera duvidoso que o topónimo *Cilpes* tenha evoluído para Silves, pois aquele nome pré-romano teria dado *Quilpes*. Sugere a evolução de *Cilpes* > *Quelfes* e observa que este segundo nome se encontra no concelho de Olhão. A dúvida parece-nos, todavia, excessiva e a evolução *Cilpis* ou *Cilbis* > Silves, mais do que provável. Anormal seria *Cilpes* > *Quelfes*.

É possível que o nome tenha relação (meramente linguística) com o do rio *Cilbus* e o dos *Cilbiceni* de Avieno, *Ora Maritima*, vv. 255, 304 e 320.

Não temos provas inequívocas da ocupação romana ou visigótica de Silves, dada a raridade dos materiais romanos encontrados na cidade, aliás em contextos não claramente romanos (Gomes, 2002, p. 93-98 e 106). Talvez a povoação de Silves tenha sido instalada na época muçulmana, quando o rio Arade era navegável até aí. Ibne Adbe Almunime Alhimiari escreveu, a propósito da cidade: “possui um ancoradouro sobre o rio e um estaleiro de construções navais” (*apud* Coelho, 1989, p. 68). Ainda na década de 1950, barcos de 20 toneladas subiam o rio até 15 quilómetros acima da foz (Gaspar, 1970, p. 156). Na época romana, o caudal do rio e a sua navegabilidade seriam maiores. Para darmos uma ideia do que representam 20 toneladas, diremos que uma embarcação romana desse calado transportaria entre 400 e 700 ânforas (Pomey e Tchernia, 1978; Her-nard et al., 1988, p. 37-39, 137-141; Blot, 2000, p. 585).

Se a cidade pré-romana de *Cilpis*, convertida em capital de *civitas* na época romana, não ficava mesmo em Silves (e a dúvida apoia-se na ausência de materiais romanos significativos), onde ficaria então?

No Cerro da Rocha Branca, a cerca de um quilómetro a poente da moderna Silves, houve um povoado importante na Idade do Ferro, povoado que se manteve na época romana sem que tenhamos clara ideia da relevância que terá tido neste último período (Gomes, Gomes e Beirão, 1986; Gomes, 1993, 2002, p. 89-93; Arruda, 2002, p. 53-56). A estação arqueológica foi barbaramente destruída e fica-nos a dúvida sobre se corresponde à *Cilpes* que cunhou moeda e terá sido a capital dos *Cilibitani* de Plínio.

A existência de três *civitates* no Algarve, na época romana, é admissível e já anteriormente sustentámos essa ideia (Alarcão, 1988, p. 29, 1988a, p. 361). No Sotavento ficavam *Ossonoba* e *Balsa* e, no Barlavento, *Cilpis* teria sido capital de outra *civitas*. Se assim foi, não pode deixar de estranhar-se que Ptolemeu não mencione *Cilpis* — ainda que tal ausência não seja mais surpreendente que a de outras capitais de *civitates* como, por exemplo, *Conimbriga* ou *Collipo*.

As dúvidas sobre a localização de *Cilpis* no Cerro da Rocha Branca são reforçadas pela inexistência (ou pelo desconhecimento da existência) de inscrições nesse local. Aliás, são raras as inscrições romanas do actual concelho de Silves. José d’Encarnação registou apenas quatro (IRCP, n.ºs 57, 60, 71 e 72).

A segunda das referidas inscrições terá aparecido na freguesia de S. Bartolomeu de Messines, sem que se saiba onde, exactamente. Trata-se de um pedestal de estátua (ou estatueta) consagrada a Júpiter Ótimo Máximo por Lúcio Atiliano e Artúlia Severa em memória de seu filho, Lúcio Atílio Máximo Severiano. A propósito, José d'Encarnação (2003, p. 158-160) escreveu: “onde, no termo de S. Bartolomeu, haverá sítio dominante para, em tempos romanos, se erguer um santuário de tamanha importância regional e, porventura, de toda a Lusitânia meridional, numa época em que para ali se poderão ter desviado os principais eixos da economia ocidental?”

Não nos parece que a inscrição, só por si, sustente a hipótese de santuário de grande importância e, muito menos, de um desvio dos principais eixos da economia ocidental nos finais do século II ou nos inícios do III d.C., época à qual parece dever atribuir-se a inscrição. O encaixe que se observa no pedestal não permite, pelas suas dimensões, imaginar estátua de grande vulto, mas apenas uma estatueta (mas estamos a julgar só pela fotografia do pedestal).

Na figura de Júpiter foram aplicadas algumas libras de prata. O dano que a inscrição sofreu não nos permite saber quantas. Possivelmente, como José d'Encarnação reconhece, a figura seria de bronze prateado e não de prata maciça.

A inscrição de S. Bartolomeu de Messines poderá ter sido consagrada em templo público. Mas não é menos verosímil que o tenha sido em *villa*. Recordaremos uma inscrição de Valado de Frades (Alcobaça) consagrada a Minerva, em memória de uma Carísia, *CIL* II 351. Esta foi certamente erguida em *villa* e não em templo público. Caso similar poderá ser o da inscrição a Júpiter Ótimo Máximo em memória de Lúcio Atílio Máximo Severiano. Não pretendemos, todavia, negar a existência de templo público: só nos parece que temos de aguardar novos indícios da sua existência (se tal templo existiu). E mesmo que, algures na freguesia de S. Bartolomeu de Messines, tivesse havido templo público a Júpiter, isso não provaria (nem sequer indicaria) aglomerado urbano importante.

Quanto a um desvio, sugerido por José d'Encarnação, dos principais eixos da economia ocidental para a área do Barlavento algarvio nos séculos II e III d.C., nada permite sustentar tal proposta. Tudo concorre para nos dar a ideia de que *Ossonoba* se manteve como principal centro económico do Algarve. Mas, desde a época pré-romana, a foz do rio Arade seria também área com considerável actividade comercial. Ficaria aqui a *Cilpis* romana?

Os achados romanos da foz do Arade são numerosos (Alves, 1986, p. 132 e 140; Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987; Teichner, 1995, 1997; Diogo, Cardoso e Reiner, 2000; Diogo, 2003; Blot, 2003, p. 276-282). Por outro lado, a propósito de Portimão, Estácio de Veiga escreveu: “parece ter havido [aí] uma opulenta cidade, em toda a área ocupada pelo convento de S. Francisco, pela quinta do Sr. Sousa Neves e por uma grande parte da vila. É, pois, aí talvez que um opulento centro de povoação ainda se faz representar por seus dilatados vestígios” (Veiga, 1910, p. 228).

São realmente muitos e importantes os vestígios romanos em Portimão e Portimões (Santos, 1971, p. 127-139). Uma propriedade vizinha chama-se Quinta de Tróia e este nome, em Portugal, parece aplicar-se a lugares com importantes vestígios arqueológicos. Mas contra a identificação de Portimão/Portimões com a *Cilpis* romana temos dois argumentos, ainda que não definitivos.

O primeiro é o passo de Plínio, IV, 35, 116 no qual o Naturalista, referindo-se aos *oppida* mais importantes da costa, de *Olisipo* ao Guadiana, menciona *Salacia*, *Merobriga*, *Ossonoba*, *Balsa* e *Myrtilis*. Plínio inclui cidades que não ficavam no litoral mas eram acessíveis por via fluvial: *Salacia* e *Myrtilis*. Quanto a *Merobriga*, talvez corresponda a Vila Nova de Milfontes. Se *Cilpis* ficasse na foz do rio Arade, e tratando-se de uma capital de *civitas*, Plínio, provavelmente, tê-la-ia nomeado.

O segundo argumento ponderável reporta-se à etimologia do topónimo Portimão. Tem sido este explicado a partir de *Portus Magnus* (Machado, 1993, s. v. Portimão). Amílcar Guerra (2001,

p. 32, aliás seguindo uma sugestão de Faria, 1989, p. 69) pôs em dúvida tal etimologia, dado que esse nome latino teria dado, normalmente, \**Portimanho*, com *-gn-* > *-nh-*, como em *agnus*, anho. Sugeriu a possibilidade de ter existido, na foz do rio Arade, um porto cartaginês que se teria chamado *Portus Magonis* (do antropónimo *Mago*, Magão). Deste nome teria derivado o de Portimões.

Apesar de formalmente correcta (do ponto de vista linguístico), a hipótese de Amílcar Guerra não pode aceitar-se sem reservas. Em primeiro lugar, se explica o topónimo Portimões, não explica Portimão. Ora Portimões não será o plural de Portimão? O nome Portimão não será mais antigo que Portimões? Ou, pelo contrário, Portimão é o singular de Portimões e este nome é anterior ao primeiro?

Por outro lado, se a evolução *-gn-* > *-nh-* é normal, a evolução *-gn-* > *-n-* encontra-se em *signalis* > sinal ou *malignum* > malino (forma arcaica e popular de maligno). É possível, pois, considerar a evolução \**Portus Magnus* > \**Portumano* > \**Portimano* > Portimão.

Noutra nota discutiremos se este suposto *Portus Magnus* se deve identificar com *Portus Hannibalis*, conhecido através de uma única referência literária: a de Pompónio Mela, III, 1, 7. Não se nos afigura provável que os Romanos tenham mantido o nome *Portus Hannibalis*: talvez este porto tenha sido renomeado *Portus Magnus* e Pompónio Mela (que escreveu na época de Calígula ou Cláudio) tenha referido um nome na sua época já desusado.

Se Portimão se chamou *Portus Magnus*, é possível que o adjectivo esteja aqui com o sentido comum de “grande”. Haverá, porém, alguma relação com Sexto Pompeio? Este também se chamou ou intitulou *Sextus Pompeius Magnus*, *Sextus Magnus Pius*, *Magnus Pompeius* (Amela Valverde, 2002, p. 259-260). A forma nominativa do epíteto *Magnus* do porto não nos permite, porém, interpretar *Portus Magnus* como “porto de Magno (Pompeio)”.

Se o nome actual de Portimão derivou de *Portus Magnus*, não é, todavia, forçoso pensarmos que a povoação romana foi assim chamada. Bem poderia Portimão ter sido *Cilpis*. Na época visigótica ou muçulmana, fundada a actual cidade de Silves, o nome poderia ter sido transferido para a nova povoação (em cujo lugar, aliás, poderia ter havido alguma ocupação romana menos relevante) e a antiga povoação da foz do rio Arade teria sido renomeada *Portus Magnus* ou, numa forma já evoluída, *Portumano*. Casos semelhantes são conhecidos, como o da transferência do nome *Conimbriga* (evoluído para *Conimbria*) da antiga cidade para *Aeminium*, com consequente atribuição do nome de *Condexa*, *Condexe* ou *Condexia* à antiga *Conimbriga* (Alarcão, 2004, p. 102). A atribuição de um nome de origem latina, \**Portumano* a uma povoação da época visigótica ou islâmica não é hipótese que deva rejeitar-se *in limine*, visto que, naquelas duas épocas, a maioria da população permaneceu hispano-romana. Relativamente à época suevo-visigótica, os nomes de lugares de origem germânica não são muitos. Os nomes de origem germânica das nossas povoações (Piel, 1936-1945) poderão ter derivado, já na época da Reconquista, de nomes de *possessores*, isto é, de proprietários com nomes germânicos (o que não significa necessariamente de sangue suévico ou visigótico), cujas *villae* (no sentido de grandes ou médias propriedades rústicas) terão dado origem a aldeias.

Se é admissível que a *Cilpis* romana tenha correspondido a Portimão/Portimões e que o nome tenha sido transferido para o actual lugar de Silves em época visigótica ou muçulmana, não podemos todavia ignorar a objecção que atrás apresentámos: situada na foz do rio Arade e com o estatuto de capital de *civitas*, *Cilpis* deveria ter sido mencionada por Plínio na sua lista dos *oppida* litorais.

Talvez as dúvidas sobre a localização e importância da *Cilpis* romana tenham levado Vasco Mantas (1997, p. 290-291) a considerar muito provável que *Laccobriga* (em sua opinião, Lagos) tenha sido a capital da suposta *civitas* do Barlavento algarvio. Discutiremos noutra nota a localização da(s) Lacóbriga(s) de Pompónio Mela, III, 1, 7 e de Ptolemeu, II, 5, 5. Mas aqui levantamos

uma dúvida: como explicar que uma *civitas* com capital em *Laccobriga* tenha sido designada pelo etnónimo *Cilibitani*? Não deveria então ter sido conhecida pelo etnónimo *Laccobrigenses*? Se houve, na Beira Interior, na região duriense e no Noroeste, *civitates* conhecidas por etnónimos mas cujas capitais tinham nomes sem relação com esses mesmos etnónimos (por exemplo, os *Nemetati* com capital em *Valabriga* ou *Volobriga* ou os *Luanci* com capital em *Meroua* (Ptolemeu, II, 6, 40 e 45), não nos parece que tenha sido o caso dos *Cilibitani*. A relação do etnónimo *Cilibitani* com o topónimo *Cilpis* sugere que este terá sido o nome da capital da *civitas*.

Não podemos excluir a hipótese de *Cilpis* (eventualmente no Cerro da Rocha Branca) ter sido escolhida como capital na época de Augusto (época à qual se deve atribuir a lista de Plínio, IV, 35, 118). Nessa época, Portimão (*Portus Magnus*?) seria uma povoação secundária dessa mesma *civitas*, isto é, dependente, em termos político-administrativos, de *Cilpis*. Poderia ter sido chamada *Portus Magnus Cilibitanorum*. Posteriormente, a capitalidade poderia ter passado de *Cilpis* para *Portus Magnus Cilibitanorum*, tendo-se mantido o etnónimo *Cilibitani* para designar a *civitas* (ou os habitantes da *civitas*).

Tudo isto, porém, é incerto. Se, na época de Augusto, foi feito um investimento na urbanização e monumentalização de um *oppidum Cilpis* que não ficava em Portimão, ter-se-á posteriormente desbaratado tal investimento e mudado a capital para outro lugar?

As nossas dúvidas sobre a capitalidade do Cerro da Rocha Branca assentam apenas na ausência de provas arqueológicas da importância do lugar na época romana. Que o sítio foi ocupado nesse tempo, é indiscutível. Apenas a ausência de vestígios monumentais e de epigrafia sustenta, pela negativa, as nossas dúvidas. Mas, dado que a estação arqueológica foi destruída, podemos pensar que tais vestígios (monumentais e epigráficos) teriam aparecido se o lugar tivesse sido escavado.

## 17. A localização de *Laccobriga* e *Portus Hannibalis*

Pompónio Mela, III, 1, 7 situa *Laccobriga* e *Portus Hannibalis* no *Sacrum*. Aliás, o nome que se encontra nos manuscritos é *Lattobrigal*. A emenda *Laccobriga* é geralmente admitida e nada autoriza essa outra de *Caetobriga*, adoptada por V. Bejarano na sua edição da *Chorographia* de Pompónio Mela em *F.H.A.*, VII. Poderia, quando muito, admitir-se um topónimo *Latobriga*.

Aceitando-se que o *Sacrum* de Mela corresponde ao cabo de S. Vicente, *Laccobriga* tem sido identificada com a actual cidade de Lagos ou procurada nas suas imediações e *Portus Hannibalis*, com Portimão ou qualquer outro lugar na foz do rio Arade (Tovar, 1976, p. 207-208).

Como noutro trabalho (Alarcão, no prelo) sustentámos, o *promunturium Sacrum* de Pompónio Mela parece dever identificar-se com o cabo Espichel. É possível (ou mesmo provável) que o corógrafo se tenha enganado e dado ao cabo Espichel (que Estrabão e Ptolemeu designam por *Barbarion*) o nome que tinha o actual cabo de S. Vicente (e um nome que poderia ter tido, também, o cabo da Roca).

Se o *Sacrum* de Pompónio Mela se deve, porém, identificar com o cabo Espichel, e se o corógrafo situou *Laccobriga* e *Portus Hannibalis* nesse seu *Sacrum*, não devemos procurar esses lugares na foz do Sado ou na península da Arrábida?

A hipótese merece, a nosso ver, consideração. Mas não podemos discuti-la sem, ao mesmo tempo, termos presente esta outra: Pompónio Mela teria lido (talvez em Cornélio Nepos, uma das suas declaradas fontes) que *Laccobriga* e *Portus Hannibalis* se situavam no *Promunturium Sacrum*. Transferindo erradamente o *Sacrum* do cabo de S. Vicente para o cabo Espichel, terá também erradamente transferido os dois lugares que ficariam, de facto, no extremo sudoeste do actual Algarve.

Parece-nos demasiadamente optimista a opinião de Vasco Mantas (1997, p. 289), que considera “perfeitamente demonstrada” a identificação de *Laccobriga* com Lagos. Alguns autores que sustentam tal identificação têm-se mostrado, por algumas razões, perplexos.

Uma das perplexidades deriva da ausência, em Lagos, de vestígios arqueológicos que nos convençam da existência, aí, na época romana, de um aglomerado urbano. Os achados arqueológicos feitos na área urbana de Lagos são, efectivamente, muito poucos (Santos, 1971, p. 115-122). A esta objecção poderá responder-se que a continuada ocupação de Lagos pode ter feito desaparecer muitos vestígios arqueológicos. Ou argumentar-se que, noutras cidades, como, por exemplo, Viseu ou Porto (talvez mais importantes que a hipotética cidade romana de Lagos), os vestígios arqueológicos eram, ainda há menos de duas décadas, muito escassos. Pode ainda dizer-se que talvez a *Laccobriga* romana não ficasse exactamente em Lagos, mas no vizinho Monte Molião que nunca foi, infelizmente, objecto de escavações sistemáticas mas onde os achados feitos sugerem a existência de um povoado proto-histórico de alguma dimensão, com continuada ocupação na época romana (Santos, 1971, p. 349-363; Estrela, 1999).

Outra dúvida resulta da impossibilidade de derivarmos, de *Laccobriga*, o nome actual de Lagos: *Laccobriga* poderia ter dado \**Lacobra*, \**Lagobra*, \**Lacobria*, \**Lagroiva*, etc., mas não poderia ter dado Lagos.

A objecção etimológica não é, porém, inteiramente convincente. Com efeito, *Laccobriga* apresenta dois elementos: *lacco*- e *-briga*. É possível que o primeiro tenha tido (ou mantido), na época romana, existência autónoma. O caso de *Laccobriga* seria semelhante ao de *Ierabriga* analisado por Amílcar Guerra (1995-1997). O elemento *Iera* de *Ierabriga* parece ter mantido existência independente e, através de *Jera*, estará na origem de Xira (em Vila Franca de Xira). Não deixa, todavia, de suscitar algumas dúvidas a hipotética evolução *Lacco* > Lagos.

A terceira objecção assenta na “celticidade” do topónimo *Laccobriga* e na ausência (até agora) de qualquer prova de que *Celtici*, documentados na Betúria e no Alentejo (Berrocal-Rangel, 1993), se tenham estabelecido no Algarve. Podemos, todavia, admitir que aqui, como noutros lugares, o topónimo em *-briga* não remonta à época proto-histórica mas foi criado pelos Romanos (e pode ter sido dado a povoação numa área sem passado etno-linguístico “céltico”).

Se tem de manter-se aberta a possibilidade de a *Laccobriga* de Pompónio Mela se ter situado, efectivamente, nas imediações de Lagos, não podemos deixar de considerar a hipótese de essa povoação se situar na Arrábida, isto é, junto do (equivocado?) *Sacrum* de Pompónio Mela.

Ptolemeu, II, 5, 5 regista uma *Laccobriga* que, pelas coordenadas do geógrafo, se deve situar próxima da foz do Tejo. Talvez as coordenadas de Ptolemeu estejam, neste caso, erradas. Mas não nos parece legítimo argumentar que *estão* erradas e excluir, à partida, a possibilidade de ter existido uma *Laccobriga* na serra da Arrábida.

Talvez a esta *Laccobriga* da Arrábida se reporte a referência de Plutarco, *Sertorius*, 13 ao ataque de Metelo a uma *Laccobriga* e ao socorro que Sertório prestou aos habitantes do ópido. Diz Plutarco que Metelo resolveu sitiar *Laccobriga* e obrigá-la a render-se pela sede. Havendo em *Laccobriga* um único poço, os habitantes não poderiam resistir por muito tempo. Sertório acudiu imediatamente, despachando os seus homens com 2000 odres de água. Ordenou ainda aos seus militares que trouxessem os lacobricenses inúteis para a defesa. Metelo, cujos soldados tinham partido com escassos víveres, pois não previam mais de dois dias de cerco, teve que despachar Aquino com mais 6000 homens e reforço de provisões. Sertório, saindo ao caminho de Aquino, atacou-o de surpresa e venceu-o.

Tendo em atenção as prováveis posições de Sertório e Metelo (Alarcão, 1999, p. 4-5), não parece credível que esta *Laccobriga* se situasse no Algarve. A sua localização na Arrábida e a sua

correspondência com a *Laccobriga* de Ptolemeu afiguram-se-nos possíveis. Poderemos identificar esta *Laccobriga* com o castro de Chibanes (Palmela)?

Chibanes, na crista da serra do Louro, tem excelentes defesas naturais e domínio visual das terras do Tejo ao Sado. Frei Agostinho da Cruz, no século XVI, cantou a Arrábida como “alta serra deserta, donde vejo / as águas do Oceano duma banda / e doutra já salgadas as do Tejo”.

Num período de ocupação que se inicia no último quartel do século II a.C., a extensa muralha primitiva de Chibanes que defendia a encosta meridional foi abandonada e construiu-se nova muralha abaluartada; esta, por sua vez, perdeu a sua função defensiva nos meados do século I a.C. e a área foi ocupada por habitações durante o terceiro quartel do mesmo século (Silva, 2001, p. 85; Silva e Soares, 1997).

Recentemente, Amílcar Guerra (2004) sugeriu a identificação de Chibanes com a *Caepiana* de Ptolemeu, II, 5, 5. O lugar corresponderia a um acampamento não do Q. Servílio Cepião que lutou contra Viriato mas do seu filho, homónimo, que também combateu os Lusitanos, entre 109 e 107 a.C.

Se os materiais romanos de Chibanes que Amílcar Guerra reexaminou podem constituir argumento a favor da hipótese, a natureza do povoado e a topografia do lugar levam-nos a acolher com muitas reservas a identificação proposta.

Amílcar Guerra sustenta também a sua hipótese com um argumento linguístico: o nome actual de Chibanes derivaria de *Caepiana*. Reconhece todavia o autor que a etimologia não é óbvia.

Talvez o nome de Chibanes derive de *\*clibanae* ou *\*clivanae*, palavra relacionável com *clivus*, -i, “ladeira”. Curiosamente, Plínio, 3, 96 e 5, 94 menciona um *Clibanus mons* na Magna Grécia e uma cidade *Clibanus* na Isáuria. A forma adjectival feminina *\*clivana* ou *\*clibana* (ou, no plural, *clivanae* ou *clibanae*) não se encontra atestada, nem no latim clássico, nem no latim medieval. Não nos parece impossível, porém, que tal forma tenha existido, com o sentido de “declivosa(s)” ou “ingreme(s)” aplicada a colina(s) ou encosta(s). A hipótese de *\*collinae clibanae* ou *\*laterae clibanae* não se nos afigura inteiramente rejeitável. A substantivação do adjectivo *clibanae* não constitui obstáculo, visto que, desde os tempos clássicos, ocorrem exemplos de adjectivos que se transformaram em (ou usaram como) substantivos.

No Baixo-Império ou mesmo em época posterior, ao lugar, eventualmente então abandonado, poderia ter sido dado o nome de *clibanae*. Seria o mesmo que chamar ao sítio, “Ladeiras”. A frequência com que os nomes “Ladeira” e “Ladeiras” ocorrem na toponímia portuguesa actual parece-nos viabilizar a hipótese (embora, como é evidente, estes nomes tenham sido dados a lugares quando o substantivo “ladeira” ou o nome *ladaria* se achavam já formados).

A evolução *cli* > *chi* não suscita objecções, pois temos a mesma ocorrência em *clocca* > *choca*.

A hipótese de a *Laccobriga* de Plutarco se identificar com a de Pompónio Mela e a de Ptolemeu não passa, porém, de uma hipótese. É fácil admitir a repetição do mesmo nome em povoados diferentes (Espanca, 1888). Por outro lado, é também apenas uma hipótese que o povoado de Chibanes se tenha chamado *Laccobriga*. Podemos até argumentar que, apesar de se terem recolhido alguns materiais romanos da época imperial em Chibanes (Trindade e Diogo, 1998), nada indica que o povoado tenha sido importante na época romana. Teria Ptolemeu, escrevendo no século II d.C., mencionado uma povoação que, no seu tempo, seria muito modesta? A dúvida não deixa de ser pertinente. Mas tendo em atenção que a obra de Ptolemeu se baseou na obra anterior (infelizmente perdida) de Marino de Tiro (Berggren e Jones, 2000, p. 23) e que esta última pode ter sido uma compilação de diversas listas ou referências de várias origens e datas, também se não pode excluir liminarmente que Ptolemeu tenha registado uma povoação importante nos inícios do século I a.C. mas muito modesta no II d.C. É mais fácil de demonstrar, porém, a “desactuali-

zação” de Ptolemeu no que respeita a cidades que eram importantes no século II d.C. e todavia não foram incluídas na sua *Geografia*.

De Pompónio Mela diremos o mesmo: a sua *Laccobriga* e o seu *Portus Hannibalis* seriam povoações importantes no tempo de Calígula ou Cláudio? Será credível que, nos meados do século I d.C., se mantivesse uma designação como *Portus Hannibalis*? Não terá Pompónio Mela lido estes nomes em qualquer fonte (Cornélio Nepos?) que referiria acontecimentos e lugares do século II a.C.?

Sem rejeitarmos a possibilidade, sustentada por muitos autores (Vasconcelos, 1905; Veiga, 1910, p. 224-225; Schulten, 1959, p. 406; Tovar, 1976, p. 207-208; Guerra, 2001), de *Portus Hannibalis* corresponder a Portimão ou ter ficado no estuário do rio de Alvor, parece-nos que a hipótese de ter ficado no estuário do Sado merece alguma consideração.

Talvez na foz do Sado se encontrasse, em 210 a.C., o cartaginês Asdrúbal com suas tropas. Políbio, X, 7, 4-5, falando da disposição dos exércitos cartagineses nessa data, diz que Magão se encontrava entre os *Konioi* e Asdrúbal, filho de Giscão, na Lusitânia, “junto da foz do rio”. Ora, porque nas linhas anteriores Políbio não menciona esse rio, a construção é incompreensível. Isso levou à adopção, por alguns editores, da emenda “junto da foz do Tejo” (v. g. na edição de *Histórias* de Políbio por Patton, 1979-1980, p. 116-117; vid. Pérez Vilatela, 2000, p. 21).

A justificação da emenda não nos parece evidente. Talvez as tropas de Asdrúbal se encontrassem na foz de um outro rio, menor, cujo nome Políbio ignoraria ou julgaria demasiadamente “bárbaro” para merecer registo. Ora o rio *Tagus* é muito frequentemente citado por autores gregos e latinos: o nome do rio não era desconhecido nem “bárbaro”. Quanto ao do rio Sado, o nome *Callipo* de Ptolemeu, II, 5, 2 tem suscitado justas dúvidas quanto à sua genuinidade (Guerra, 1998, p. 370-371). O do rio Arade é inteiramente desconhecido. Foz do Sado e foz do Arade afiguram-se-nos, pois, localizações possíveis das tropas de Asdrúbal que poderiam eventualmente estar em *Portus Hannibalis*.

Talvez *Portus Hannibalis* correspondesse a povoação mesmo de consideráveis dimensões; mas poderia ser um lugar onde, fundamentalmente, existissem um porto militar e um estaleiro de construção naval. Se é certo que, no estuário do Sado, não foram localizados vestígios arqueológicos correspondentes a possível porto militar cartaginês do século III a.C., tais vestígios poderiam achar-se hoje submersos. Não deixaremos de recordar, a este propósito, a proposta de Putsy e Moreira para a evolução do nível das águas nesse estuário (*apud* Blot, 2003, p. 42, fig. 11).

## 18. A localização de *Ipses* ou *Ipsis*

Na área urbana da actual vila de Alvor, a “vila velha” tem sido considerada como a *Ipses* ou *Ipsis* da qual se conhecem emissões monetárias (Faria, 1988, 1997, p. 365-367; Marinho, 1998, p. 23-24; Guerra, 1998, p. 466-467; García-Bellido e Blázquez, 2001, II, p. 211).

Os vestígios arqueológicos na “vila velha” de Alvor são indiscutíveis, ainda que as reduzidas escavações aí feitas não nos permitam avaliar a importância do sítio (Gamito, 1994, 1997).

A identificação da “vila velha” de Alvor com *Ipses*, assentando apenas no achado, aí, de moedas de *Ipses*, não é segura. *Ipses* poderia ter ficado noutra lugar e as suas moedas poderiam ter circulado na “vila velha” — tal como as de *Salacia*, por exemplo, se têm encontrado em muitos lugares fora de Alcácer do Sal. É certo que algumas moedas de *Ipses* são de chumbo e que moedas deste metal tinham, normalmente, uma circulação restrita. Mas o argumento não nos parece indiscutível, sobretudo tendo em atenção que moedas de *Ipses* têm sido recolhidas em diversos outros



lugares dos concelhos de Portimão, Silves e limítrofes (Marinho, 1998, p. 23-24). Sem negarmos a possibilidade de a “vila velha” de Alvor corresponder à antiga *Ipses* ou *Ipsis*, parece-nos conveniente manter algumas dúvidas até que se encontrem provas mais convincentes.

Na *Divisio Wambae* surge *Ipsa* como limite da diocese visigótica de *Ossonoba* (Faro), ainda que o nome apareça estropiado em algumas versões. Do documento conhecem-se várias cópias. Na do *Liber Fidei*, documento n.º 9, por exemplo, lê-se: *Ox[o]nova teneat de Ambia usque Sala, de Ipsa usque Turre*. Outras cópias permitem restituir *Ipsa*. Nada autoriza a correcção *Isirpa* (= Serpa) proposta por A. de Almeida Fernandes (1997, p. 116-117).

Segundo Vásquez de Parga (1943), o documento teria sido forjado nos fins do século XI ou nos inícios do XII. Mas isso não quer dizer que tenham sido forjados os nomes das localidades que, na *Divisio*, se encontram indicadas como limites das dioceses (vid. também David, 1947, p. 1-6; Palacios, 1977). É possível, pois, que a *Divisio Wambae* tenha copiado um documento visigótico autêntico. Poderá, porém, haver erros na grafia dos nomes. Para as dioceses do Norte e Noroeste peninsulares, poderemos suspeitar de falsificação de nomes que o presumido original visigótico indicaria como limites – pois tal falsificação serviria interesses de bispos que pretenderiam alargar, com alegadas razões históricas, a área das respectivas dioceses (ou diminuir as de outras). Mas que motivos haveria, nos fins do século XI ou nos inícios do XII, para alterar os limites de dioceses do Sul, que se achavam ainda sob o domínio muçulmano?

*Ipses*, como nominativo do singular, teria, em princípio, persistido na época tardo-romana e visigótica. Mas o ablativo seria *Ipse* e esta forma poderia ter dado *Ipsa*. As formas toponímicas em ablativo eram, aliás, correntes no Baixo-Império.

A hipótese não pode deixar de suscitar dúvidas. Primeiro porque a forma *Ipsa* da *Divisio Wambae* não é segura. Segundo, porque a diocese ossonobense, provavelmente, viria, a ocidente, até ao cabo de S. Vicente. Não é muito credível que terminasse em Alvor. Mas a *Divisio Wambae* apenas reforça a nossa ideia de que é prematuro dar por provado que a “vila velha” de Alvor corresponde à antiga *Ipses* ou *Ipsis*.

## 19. A localização de *Statio Sacra*

Entre *Balsa* e *Ossonoba*, a *Cosmographia* do Anónimo de Ravena menciona uma *Statio Sacra* sobre cuja identificação permanece a incerteza (Roldán Hervás, 1975, p. 269). J. Leite de Vasconcelos considerou provável a coincidência de *Statio Sacra* com o *promunturium Sacrum*: o autor da *Cosmographia* teria invertido a posição dos lugares, pondo *Statio Sacra* entre *Balsa* e *Ossonoba*, quando o sítio ficaria muito a ocidente desta última cidade e no extremo do Barlavento algarvio (Vasconcelos, 1905, p. 198-199).

Se o erro suposto pelo autor de *Religiões da Lusitânia* é possível, não nos parece menos viável a existência de uma *Statio Sacra* entre Tavira e Faro. Não é forçoso, porém, admitir que se trata de sítio que já na época romana tinha esse nome.

O autor da *Cosmographia* é desconhecido e apenas se sabe que era natural de Ravena. A obra terá sido compilada no século VII (Roldán Hervás, 1975, p. 111). O *Itinerário de Antonino* e a *Tabula Peutingeriana* terão sido duas fontes dessa obra. Sendo assim, e dado que *Statio Sacra* não figura naquele itinerário, podemos perguntar-nos se o lugar não terá adquirido importância (ou recebido o nome de *Statio Sacra*) apenas na época bizantina.

Os Bizantinos, no tempo de Justiniano, ocuparam, no litoral meridional da Península Ibérica, diversas cidades (Goubert, 1950; Leguay, 1993, p. 64-65; Maciel, 2003, p. 115-118). Terá a *Sta-*

*tio Sacra* sido instalada nessa época? O autor da *Cosmographia*, vivendo em Ravena, poderia estar informado quanto aos lugares ocupados pelos Bizantinos e quanto aos seus nomes. Já Antonio Tovar (1976, p. 206) admitiu uma origem tardia do nome, bem como a hipótese de *sacra* ter aqui o sentido de “imperial”.

O nome *statio* poderia aplicar-se a um estabelecimento com funções fiscais, a um lugar onde estacionavam tropas ou a um porto com funções essencialmente militares. Em qualquer dos casos se poderia explicar o epíteto *sacra* se o seu sentido fosse “imperial”.

Não parece fácil explicar o nome admitindo que se trata de uma estação viária da época romana entre *Balsa* e *Ossonoba*. Dada a distância de uma a outra cidade (pouco mais de vinte quilómetros, em linha recta), poderia justificar-se, a meio caminho, uma *mutatio*, mas não mais do que isso. Ora *Statio Sacra* não parece nome adequado a uma *mutatio*. Ou ficaria esta junto de algum santuário rural?

*Statio Sacra* é nome que poderia aplicar-se, na época romana, a lugar onde se erguessem vários templos, visto que *sacra*, como substantivo, podia designar sacrifícios, rituais ou cultos. Na época paleocristã, *Statio Sacra* não seria nome desadequado a lugar onde houvesse vários mosteiros e(ou) templos.

Entre *Balsa* e *Ossonoba*, a estação romana mais importante parece ser a da Quinta do Marim (Quelfes, Olhão) (Santos, 1972, p. 249-286). As escavações que Estácio da Veiga aí fez permitiram recuperar a planta de umas termas e de um edifício similar aos templos de Milreu e S. Cucufate (Graen, 2004, p. 65-74). O sítio tem sido classificado como *villa*. A área edificada parece muito vasta, embora talvez não contínua.

O conjunto epigráfico da Quinta do Marim (IRCP, p. 81-101; Encarnação, 1991) é surpreendente: para além de uma ara votiva cujo texto, infelizmente, parece difícil de reconstituir, recolheram-se 17 inscrições funerárias, duas das quais recordam uma mulher da gens *Aemilia* e um *Caius Annius Romulus*. Dessas 17 inscrições, 13 recordam escravos ou libertos. Todos os epitáfios datam do século II ou III d.C. e muitos deles registam a idade dos defuntos em anos, meses e dias — o que é claramente excepcional na época. Na forma e decoração das epígrafes parece existir influência norte-africana (Mantas, 2004, p. 68). Observaremos que coincidem, cronologicamente, com um período de particulares relações entre o sul da Península Ibérica e a Mauritânia onde, nas décadas de 140 a 170, se observou grande instabilidade (Alarcão, 1988, I, p. 13).

Anotando as particularidades do conjunto epigráfico da Quinta do Marim, temos dificuldade em explicá-las. Se se trata, efectivamente, de *villa*, seria propriedade privada ou pública? De propriedade privada, teria, a certa altura, passado a pública? Terá sido, nos fins do século II e inícios do III d.C., residência de procuradores? Se não foi *villa*, terá sido santuário (com vários templos e outras edificações, entre as quais umas termas)? Neste caso, por que razão se recolheu aí apenas uma inscrição votiva? E como explicar inscrições funerárias?

A hipótese de uma *villa*, na qual, em tempos tardo-romanos, se terá estabelecido um mosteiro (ou se terão mesmo instalado vários), não deve ser afastada. Foi o caso da *villa* romana de S. Cucufate (Vidigueira), cujo templo, similar ao de (ou a um de) Quinta do Marim, foi cristianizado. Templo semelhante é o de Milreu, que também foi cristianizado (Hauschild, 2002).

As dúvidas sobre a identificação da Quinta do Marim com a *Statio Sacra* do Anónimo de Ravena são muitas (Mantas, 1997, p. 315). Aliadas às que temos sobre a natureza do que, na época romana, existiu nesse lugar, constituem razão de sobra para considerarmos que a estação arqueológica da Quinta do Marim merece um programa prioritário de escavações.

Na hipótese de o nome *Statio Sacra* ter origem bizantina, poderia corresponder a porto ou acampamento militar, a residência oficial de alto funcionário ou a posto administrativo (com funções fiscais?) dessa época. Poderia ficar entre *Balsa* e *Ossonoba* mas não na Quinta do Marim.

## 20. A identificação de *Merobriga*

Ptolemeu, II, 5, 5 menciona, entre os *Celtici* do Alentejo, uma povoação *Meribriga* ou *Merebriga*. Por seu turno, Plínio, IV, 35, 116 refere uma *Merobriga* entre os *oppida* mais notáveis da costa entre o Tejo e o Guadiana.

Do texto de Plínio deve deduzir-se que *Merobriga* era povoação situada mesmo no litoral ou, como *Salacia* e *Myrtilis*, no curso inferior de um rio que seria navegável até esse lugar.

Parece-nos que a *Merobriga* de Plínio se deve identificar com a *Meribriga* ou a *Merebriga* de Ptolemeu. O nome derivaria de um radical \**mai-ra* (Prósper, 2002, p. 126). Não julgamos sustentável a identificação de *Merobriga* com *Mirobriga Celtica* de Plínio, IV, 35, 118, dada a menção de *Meribriga* e *Mirobriga*, uma a par com outra, em Ptolemeu e a localização que, para *Merobriga*, deve deduzir-se do texto de Plínio.

A identificação de *Mirobriga Celtica* com as ruínas de Santiago do Cacém (Almeida, 1964; Biers, 1988) parece-nos mais que provável, ainda que possam subsistir algumas dúvidas (Ribeiro, 1994, p. 80).

A identificação de *Merobriga* com Sines (Tovar, 1976, p. 213; Albertos Firmat, 1990, p. 139; Guerra, 1995, p. 94-95, 1998, p. 532) é uma possibilidade que não deve excluir-se. Mas não é para aí que nos inclinamos. Ficaria *Merobriga* no curso inferior do rio Mira (Berrocal-Rangel, 1993, p. 64)?

Não são conhecidos, em Odemira, achados arqueológicos que permitam sustentar a identificação desta vila com *Merobriga*. Até há bem pouco tempo, o único achado romano de Odemira era um vaso de vidro do século IV d.C. (Oleiro, 1963-1964). Na área urbana de Odemira, no chamado Cerro do Castelo ou Cerro do Peguinho, têm-se encontrado, é certo, desde 1998, materiais romanos republicanos dos séculos III e II a.C. (IPA, base de dados *Endovélico*). Mas, ainda assim, tais achados não são suficientes para identificarmos *Merobriga*, *Meribriga* ou *Merebriga* com Odemira.

Em Vila Nova de Milfontes, a quantidade e dispersão de materiais indicam a existência de um estabelecimento romano importante e de uma estrutura portuária (IPA, base de dados *Endovélico*). Ficaria aqui *Merobriga*?

Talvez o *patulus portus* de Avieno, *Ora Maritima*, v. 200, se deva identificar com o estuário do Mira (Vasconcelos, 1905, p. 16-17). O curso do rio Mira permitia, ainda na década de 1950, a navegação de barcos de mais de 40 toneladas até a um ponto distante de 25 km da foz (Gaspar, 1970, p. 156).

Infelizmente, do texto de Plínio não pode deduzir-se se *Merobriga* era, ou não, capital de *civitas*. A não inclusão de *Merobriga* na lista dos *oppida stipendiaria* de Plínio, IV, 35, 118 (e estes *oppida* parecem que correspondem todos a *civitates*) não é argumento para fazer deste lugar um aglomerado urbano secundário, visto que o Naturalista também não menciona outras capitais de *civitates* que seguramente existiam na época de Augusto, como a dos *Igaeditani*. Dado que os outros *oppida* citados por Plínio em IV, 35, 116 são capitais de *civitates*, não teria *Merobriga* também esse estatuto?

A restituição [ME]RVBRIGE(n)SIS numa inscrição de Serpa (AE, 1995, n.º 717) é mais do que duvidosa. Poderemos, com tanta ou mais legitimidade, restituir [TV]RIBRIGE(n)SIS (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997, p. 112-113; Guerra, 1998, p. 531).

## 21. Sobre *Portucale*

No *Itinerário de Antonino* refere-se *Cale* como estação viária entre *Langobrica* e *Bracara Augusta*.

Depois de muita discussão sobre se *Cale* corresponde à cidade do Porto ou à de Vila Nova de Gaia, Armando Coelho e Vasco Mantas sustentaram, com argumentos que nos parecem inteiramente convincentes, a identificação de *Cale* com o Porto (Silva, 1994, p. 68 ss., 2000, p. 98-103; Mantas, 1996, p. 652-659).

No *Parochiale* suévico dos fins do século VI (David, 1947, p. 34), o nome da cidade aparece sob a forma *Portugale*. Aí se lê:

*Ad sedem Portugalensem in castro novo ecclesias que in vicino sunt.*

Segue-se, no *Parochiale*, a enumeração das “paróquias” e *pagi* dessa diocese. Mas, no mesmo texto, e relativamente à diocese de *Conimbriga*, indica-se, como “paróquia” dependente, *Portucale castrum antiquum*.

Parece dever concluir-se que, nos fins do século VI, havia um *Portucale Novum* (= Porto) e um *Portucale Antiquum* (= Vila Nova de Gaia?). Se o nome da cidade do Porto, na época romana, foi *Cale*, terá Vila Nova de Gaia, cuja ocupação romana está arqueologicamente demonstrada (Carvalho e Fortuna, 2000; Guimarães e Pinto, 2000), sido chamada *Portus Cale* ou *Portus Calis*? Atendendo à duplicidade das povoações designadas pelo mesmo nome de *Portucale*, terão estas sido, no século VI d.C., chamadas *Portucale Antiquum* e *Portucale Novum*, para que se distinguissem uma da outra?

Podemos pensar que, na época romana, por não haver ponte sobre o Douro, a travessia se fazia em barcas. Na margem esquerda haveria, pois, um *portus* onde viajantes e comerciantes vindos do Sul descarregariam suas bagagens e suas mercadorias para as meterem nas barcas que atravessariam o rio. Do mesmo modo, para quem vinha do Norte, o *portus* da margem esquerda seria o lugar onde se mudaria de meio de transporte. Na margem direita haveria, evidentemente, cais de embarque e desembarque similar.

A hipótese (que julgamos credível) de, já na época romana, haver uma ponte de barcas para cruzamento do rio não exclui a possibilidade de um *portus* na margem esquerda do Douro, *portus* que se chamaria *Portus Cale*, *Portus Calis* ou *Portus ad Calem*. A forma \**Calis* poderia ser o genitivo de *Cale*.

Na época tardo-romana ou suévica, o nome de *Portus Cale* ou *Portus Calis* (já evoluído para *Portucale* ou *Portugale*) teria sido dado também à antiga cidade de *Cale*. Mas esta teria sido chamada *Portucale Novum*, não porque fosse de fundação mais recente, mas porque o povoado da margem esquerda é que tinha, de antigo, o nome de *Portus Cale*. Assim, ao povoado de Vila Nova de Gaia ter-se-ia chamado *Portucale Antiquum*.

Na *Crónica* de Idácio, bispo de Chaves, § 175 (edição de A. Tranoy), diz-se que o rei dos Suevos, Requiário, fugiu *ad locum qui Portumcalem appellatur* e que, aí feito prisioneiro, foi levado ao rei visigótico Teodorico.

A expressão *locum* parece mais adequada a um pequeno povoado do que a uma cidade. Assim, podemos interrogar-nos se Requiário foi capturado na antiga *Cale* (que, em 456 d.C., já seria chamada *Portucale*) ou no povoado da margem esquerda.

Nos parágrafos anteriores, Idácio refere-se à derrota de Requiário junto ao rio Órbigo, a doze milhas de Astorga, à fuga do rei *ad extremas sedes Gallaeciae* e ao saque de Braga por Teodorico. É possível que Requiário tenha fugido para a área do Porto (Torres, 1977, p. 141-142) e que,

perante o avanço das tropas de Teodorico, tenha cruzado o Douro e sido feito prisioneiro em Vila Nova de Gaia, que seria o *locus qui Portumcalem appellatur*. Não deve excluir-se, porém, a possibilidade de Idácio se ter referido à antiga cidade de *Cale* chamando-lhe *locus*. Mas o uso da forma verbal *appellatur* também sugere que o *locus* era povoado menor (ou, talvez, que *Portucale* era nome recente ou popularmente dado a uma povoação cujo nome antigo ou oficial não seria exactamente esse).

Ainda na *Crónica* de Idácio, §§ 187 e 195, encontramos menção da morte de Agiulfo em *Portucale* (entre 457 e 459) e da conquista de *Portucale castrum* (em Idácio, *Portumcalem castrum*, no acusativo) por Maldras (em 459-460). O mais credível é que *Portucale* e *Portucale castrum* se refiram à cidade da margem direita. Assim, nos meados do século V, a antiga *Cale* seria já chamada *Portucale*. Idácio terá, então, usado a forma verbal *appellatur* porque a designação era recente.

Voltando ao *Parochiale*, não nos parece inteiramente de rejeitar a hipótese de haver, na época suévica, duas localidades com o simples e mesmo nome de *Portucale*: as actuais cidades de Porto e Vila Nova de Gaia. Ao chamar *Portucale castrum antiquum* ao lugar da margem esquerda do rio Douro, a lista das “paróquias” suévicas quereria significar que esse era o lugar antigamente (*antiquitus*) chamado *Portucale*; e, ao escrever-se *ad sedem Portugalensem in castro novo*, quereria dizer-se que a sede do bispado estava há pouco tempo no lugar da margem direita do rio. Com efeito, *Magnetum* (Meinedo, no concelho de Marco de Canaveses) foi a primeira sede do bispado e a transferência para *Portucale* fez-se posteriormente a 572, pois nessa data, no segundo concílio de Braga, figura *Viator* como bispo de *Magnetum* (David, 1947, p. 68).

Esta sugestão não deixa, porém, de suscitar as nossas próprias dúvidas — ainda que o carácter conciso, quase cifrado da lista, excluindo formas verbais ou adverbiais esclarecedoras, possa consentir a hipótese.

Sobre o nome antigo de Vila Nova de Gaia devemos ainda recordar a *Cosmographia* do Anónimo de Ravena. Talvez a *Cosmographia* tenha sido escrita no século VII, baseada no *Itinerário de Antonino* e em outras fontes, designadamente do século V (Mantas, 1996, p. 213).

Nesta *Cosmographia* (IV, 43; *apud* Roldán Hervás, 1975, p. 123) indicam-se, de sul para norte: *langobrica*, *cenoopi docalo*, *augusta bracaria*.

Se não há dúvidas quanto à equivalência de *Langobrica* à estação do mesmo nome do *Itinerário de Antonino*, e de *Augusta Bracaria* a Braga, pode duvidar-se da correcção *cenoopi docalo* em *Ceno oppido* e *Calo*. Com igual legitimidade (mas com dúvidas também perfeitamente justificadas), poderemos restituir: *Ceno, oppido Calo*. De qualquer forma, *Calo* corresponderá ao Porto e *Ceno*, provavelmente, a Vila Nova de Gaia (Mantas, 1996, p. 645-651).

Em *Ceno* podemos ter uma forma gráfico-fonética alternativa de *Caeno* ou *Caino*? Se este nome é comum na Lusitânia como antropónimo (*Atlas antroponímico de la Lusitania Romana*, 2004, p. 125-126), não conhecemos, nesta província, topónimo semelhante, nem *Caeno* está aqui atestado como elemento de qualquer topónimo bitemático. Mas *Ceno* era cidade dos Volscos; *Caenus*, promontório de Brúcio; *Caene*, ilha vizinha da Sicília; *Caenia*, montanha dos Alpes. Assim, o nome *Ceno* do Anónimo de Ravena é perfeitamente credível.

Não deve excluir-se a possibilidade de, nos fins do século VI ou no VII, a antiga povoação da margem esquerda do rio Douro, isto é, *Portucale* ou *Portucale Antiquum* ou *Portucale castrum antiquum*, ter recebido a nova designação de *Ceno* ou *Caeno*. Nesse caso, o Anónimo de Ravena teria recordado esse nome que, todavia, não teria vingado.

Não é improvável que, pelos Visigodos (ou em época visigótica), tenha sido dado um nome latino a uma povoação. Nem que a uma povoação tenha sido, nesse tempo, atribuído um nome

de origem antroponímica. Admitindo que *Ceno* ou *Caeno* se mantinha, no século VI ou VII, como antropónimo, teríamos aqui um caso semelhante ao da paróquia suévica de *Rodomiro* (ainda que, neste caso, o nome seja de origem gótica).

Seria normal que, no século VI ou VII, o nome tivesse sido *Ceni oppidum*, isto é, com *Cenus* na sua forma genitiva (com o sentido de ópido de Ceno) ou *Caenum oppidum*. Mas, no caso de *Rodomiro*, paróquia da diocese suévica de Viseu, temos exactamente um antropónimo, na sua forma nominativa, usado como topónimo.

Será que o nome Ceno (ou, incorrectamente, Seno) se encontra na microtoponímia actual do concelho de Vila Nova de Gaia, ou em documentação medieval? Poderá, através desse eventual testemunho, conferir-se alguma verosimilhança à hipótese de, na área urbana actual de Vila Nova de Gaia, ter havido um lugar no século VI ou VII chamado *Ceno*?

## 21. Os ataques e a embaixada dos Suevos a Conimbriga

Idácio de Chaves, na sua *Crónica*, § 229, diz que os Suevos, tendo entrado em Conimbriga de forma traiçoeira, roubaram os bens da nobre família de Cântabro e fizeram prisioneiros a mulher e os filhos. O ataque deve situar-se em 465 d.C.

Cântabro era, provavelmente, o *defensor* da *civitas*. Numa época em que a administração provincial romana tinha deixado de funcionar há já algumas décadas, mas em que os reis suevos não tinham conseguido (ou nem sequer intentado) estabelecer um efectivo domínio militar, político-administrativo e financeiro sobre as cidades da antiga Lusitânia, em cada cidade uma figura local mais prestigiada, com mais autoridade e riqueza, encarregar-se-ia da administração local, nos seus múltiplos aspectos. Poderá ter sido o caso do bispo Idácio em Chaves, de Cântabro em Conimbriga, de Lusídio em Lisboa.

Esses *defensores civitatum* negociariam com os reis suévicos e podemos imaginar que tentariam estabelecer, com eles, acordos que evitassem os ataques dos Suevos às cidades e as violências, pilhagens e destruições que tais ataques representariam. Também com os reis suévicos negociariam os tributos que as cidades teriam que pagar-lhes.

Quando dois reis suévicos disputavam, entre eles, o poder (como no caso de Frumário e Remismundo, a seguir à morte do rei Maldras, ocorrida em 463), os *defensores* teriam de tomar partido por um ou outro — ou negociar com diplomacia a sua neutralidade.

É possível que Cântabro tenha tomado partido por Frumário contra Remismundo. Mas, vencido Frumário em 464, o ataque de Remismundo a Conimbriga terá sido acto de vingança ou represália?

No mesmo ano do ataque a Conimbriga, Remismundo enviou embaixadores a Teodorico, rei dos Visigodos, que vivia em Toulouse (Idácio, *Crónica*, § 230). A embaixada terá sido enviada no verão de 465, pois os embaixadores trouxeram, no regresso, a notícia da morte do imperador romano Severo, ocorrida em 14 de Agosto de 465.

O facto de os mesmos embaixadores que foram enviados a Teodorico terem sido depois despachados a Conimbriga (Idácio, § 231) sugere que alguma negociação importante devia ocorrer entre Remismundo e o *defensor* de Conimbriga, possivelmente o mesmo Cântabro. Talvez algum acordo tenha sido alcançado. Mas terá sido de curta duração, pois, em 468, o rei Remismundo entrou na Lusitânia e Conimbriga, traída na sua paz, foi saqueada, as casas e uma parte das muralhas foram arrasadas; os habitantes, feitos prisioneiros e deportados; a cidade e a região foram devastadas (Idácio, § 241).

## 22. Os atuns da Lusitânia alimentavam-se de bolota?

Ateneu, um autor grego do século II-III d.C. que viveu em Náucratis (Egipto), tendo lido um dos livros, infelizmente hoje perdidos, das *Histórias* de Políbio, escreveu que o historiador se referiu a carvalhos que tinham suas raízes no fundo do mar e de cujas bolotas se alimentavam os atuns da Lusitânia.

Transcrevemos o passo de Ateneu na tradução de W. R. Patton (1979-1980, p. 314-315):

“Polybius of Megalopolis in the Thirty-Fourth Book of his *Histories*, in speaking of that portion of Iberia called Lusitania, says that there are oak-trees planted deep in the sea, on the fruit of which the tunnies feed and get fat. So that we should not be wrong in calling tunnies sea-hogs.”

Estrabão, III, 2, 7 parece ter aproveitado o mesmo passo de Políbio quando diz (agora na tradução de F. Lasserre, 1996):

“Les thons qui affluent vers cette côte (da Turdetânia) de différents points du littoral océanique sont gros et gras. Ils se nourrissent du gland d’un chêne rampant, absolument plaqué au sol, qui croit au fond de la mer et produit un fruit volumineux. Le même arbre pousse aussi sur terre en abondance en Ibérie, avec des racines aussi grandes que celles d’un chêne ordinaire au terme de sa croissance, alors que son tronc n’égale pas même pour la hauteur celui du chêne nain. L’abondance des fruits produits par ce chêne sous-marin est telle qu’après l’époque où il a mûri, les rivages à l’intérieur et à l’extérieur des Colonnes d’Hercule sont entièrement couverts de ceux qu’y déposent les marées. Cependant, plus on s’éloigne du détroit le long de la côte intérieure, plus ils sont petits et plus on en trouve. Polybe affirme que la marée les pousse même jusqu’aux rivage du Latium «à moins», dit-il, «qu’ils ne soient produits par la Sardaigne et ses alentours». On constate aussi que les thons sont d’autant plus maigres qu’ils se rapprochent d’avantage des Colonnes d’Hercule en venant de la Mer Extérieure, par manque de nourriture. Ainsi Polybe ajoute-t-il qu’on n’exagèrerait pas en appelant cochon marin cet animal; en effet il est friand de gland et grossit de manière remarquable en s’en nourrissant, et là où le gland foisonne, le thon foisonne aussi.”

Aos carvalhos que crescem no mar se refere também Plínio, XIII, 49, 137-138, mas sem os relacionar com os atuns.

F. Lasserre (1966, p. 189), citando E. H. F. Meyer, identificou os “carvalhos” de Políbio e Estrabão com uma variedade de alga chamada *Fucus vesiculosus*, que apresenta vesículas vagamente semelhantes às bolotas dos carvalhos.

Os supostos carvalhos de Políbio, Ateneu e Estrabão seriam algas bentónicas (isto é, fixas no fundo do mar), da espécie das laminárias (*Saccorbiza polyschides* ou *Laminaria saccharina*), cujas vesículas de flutuação seriam chamadas, em grego, *balanoi*. O nome, que se aplicava também às bolotas dos carvalhos, terá induzido ao erro de considerar “carvalhos” o que, na realidade, seriam algas. J. André (1956, p. 50, 267) regista *balanus* como nome da bolota do carvalho e *quercus* como nome que se aplicava também a uma alga vermelha (*Sargassum vulgare*). E. de Saint-Denis (1947) identifica *balanos* como um cirrípede que vive agarrado às rochas e se assemelha, pela forma, à bolota do carvalho.

Curiosamente, Teofrasto, autor grego de c. 372-287 a.C., discípulo de Aristóteles, identificou de forma correcta estas algas, pois escreveu, a propósito delas (na tradução de Alberto Bernabé, em *THA*, III, 368-369):

“Allende las Columnas de Heracles se cría una [s.c. variedad de alga] asombrosa por su altura, según dicen, y también más ancha, de cerca de un palmo. Arrastrada por la corriente de fuera, penetra en el Mar Interior. La llaman «sargazo azucarado».”

“En el Mar Exterior que baña las columnas de Heracles, se cría el «sargazo azucarado», como ya se ha dicho, pero también plantas de esas que convierten en piedra, como la madrepora, además de las que se se parecen al laurel y otras.”

Das ditas algas (a que, mas impropriamente, poderíamos chamar sargaços), quando em fase de senescência, e devido à agitação do mar, desprendiam-se frondes que boiavam. Não podiam alimentar-se delas os atuns. Mas tais algas serviam de alimento a uma espécie de caranguejos cujo nome científico é *Polybius henslowi* (Bouvier, 1940, p. 243-245) e que são popularmente designados por “pilades” ou “pilaus”. Trata-se de uma espécie que nada no mar e forma mesmo grandes “cardumes”. Ora estes caranguejos constituem mais de 90% dos conteúdos digestivos dos atuns “de direito”, isto é, daqueles que se encaminham do Atlântico para o Mediterrâneo em direcção aos locais de reprodução.

D’Arcy Wentworth Thompson (1947, p. 82) diz que a “obscura história” transmitida por Políbio e Estrabão pode ter sido baseada em cirrípedes que se agarram como lapas a madeiras flutuantes mas regista igualmente a opinião de que *balanoi* são as vesículas de *Fucus vesiculosus*. Acrescenta o autor que os atuns se alimentam de pequenos peixes e crustáceos e, segundo Estrabão, V, 2, 8, de *murex*.

Assim, por erro de observação ou incompreensão do que lhe terão dito os informadores, Políbio terá falado dos carvalhos que cresciam no fundo do mar e de cuja bolota se alimentavam os atuns quando, afinal, os atuns se alimentavam de caranguejos que nadavam no meio de frondes erráticas de algas que lhes serviam de cibo. Que parte têm, neste equívoco, os tradutores de Ateneu e Estrabão que verteram o grego antigo para as línguas modernas, di-lo-ão os helenistas.

## Agradecimentos

Agradecemos à Prof. Doutora Maria Helena da Rocha Pereira e aos Profs. Doutores Francisco Andrade, Sebastião Tavares de Pinho e Francisco de Oliveira o apoio que nos prestaram na elaboração de algumas destas notas. Os erros deste nosso artigo são, porém, de nossa exclusiva responsabilidade.



## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. (1988) - *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips, Ltd.
- ALARCÃO, J. (1988a) - *Portugal. Das origens à romanização*. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. O, eds. - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença.
- ALARCÃO, J. (1999) - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. In CENTENO, R. M. S.; GARCÍA-BELLIDO, M. P.; MORA, G., eds. - *Rutas, ciudades y moneda en Hispania*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 1-8.
- ALARCÃO, J. (2004) - Conimbriga. 20 anos depois. In CORREIA, V. H., ed. - *Perspectivas sobre Conimbriga*. Conimbriga: Museu Monográfico, p. 97-114.
- ALARCÃO, J. (no prelo) - Os equívocos dos promontórios Sacro(s) e Cúneo. A publicar na revista *Promontoria*. Faro. Universidade do Algarve.
- ALBERTOS FIRMAT, M.ª L. (1990) - Los topónimos en -briga. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 7, p. 131-146.
- ALMEIDA, F. (1964) - *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal: Assembleia Distrital.
- ALVES, F. (1986) - O desenvolvimento da arqueologia subaquática e da defesa do património cultural do Algarve. In 4.º Congresso do Algarve, I. Faro: Racal Clube.
- AMELA VALVERDE, L. (2002) - *Las clientelas de Cneo Pompeyo Magno en Hispania*. Barcelona: Universidad.
- ANDRÉ, J. (1956) - *Lexique des termes de botanique en latin*. Paris. Librairie C. Klincksieck.
- ARRUDA, A. M. (2002) - *Los Fenicios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sul de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- BERGGREN, J. L.; JONES, A. (2000) - *Ptolemy's Geography. An annotated translation of the theoretical chapters*. Princeton; Oxford: Princeton University Press.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1993) - *Los pueblos célticos del Sudoeste de la Península Ibérica*. Madrid: Editorial Complutense.
- BIERS, W. R. (1988) - *Mirobriga. Investigations at an Iron Age and Roman site in Southern Portugal by the University of Missouri – Columbia (1981-1986)*. Oxford: British Archaeological Reports.
- BLOT, J.-Y. (2000) - Elementos para a tonelagem dos navios na costa ibero-atlântica na antiguidade: o testemunho dos vestígios de âncoras (cepos em chumbo). In "Terrenos" da Arqueologia da Península Ibérica (= Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. III). Porto: ADECAP, p. 371-394.
- BLOT, M. L. B. H. P. (2003) - *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- BOUVIER, E.-L. (1940) - *Faune de France, vol. 37, Décapodes marcheurs*. Paris: Paul Le Chevalier et Fils.
- CARVALHO, T. P.; FORTUNA, J. (2000) - Muralha romana descoberta no castelo de Gaia. *Al-madan*. Almada. 2.ª Série. 9, p. 158-162.
- COELHO, A. B. (1989) - *Portugal na Espanha árabe. Vol. I. Geografia e Cultura*, Lisboa: Caminho.
- DAVID, P. (1947) - *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI au XII siècles*. Lisboa: Portugália Editora; Paris: Les Belles-Lettres.
- DIOGO, A. M. D. (2003) - Âncora romana de ferro proveniente das dragagens da foz do rio Arade. *Al-madan*. Almada. 2.ª Série. 12, p. 190.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P.; REINER, F. (2000) - Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, p. 81-118.
- ENCARNAÇÃO, J. (1991) - A necrópole romana da Quinta do Marim. *Anais do Município de Faro*. Faro. 21, p. 229-241.
- ENCARNAÇÃO, J. (2003) - Sobre epigrafia romana do Algarve. *Xelb*. Silves. 4, p. 151-160.
- ESPANCA, J. J. R. (1888) - As Lacobrigas da Lusitânia. *Revista Archeologica*. Lisboa. 2, p. 173-177.
- ESTRELA, S. (1999) - Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas de gestão do património em sítios arqueológicos classificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 199-234.
- FARIA, A. M. (1988) - *Ipses*, uma ceca hispano-romana do Sudoeste. *Acta Numismática*. Barcelona. 17-18, p. 101-104.
- FARIA, A. M. (1989) - Sobre a presença romana no actual território português. Apostilas ao recente livro do Prof. Jorge de Alarcão. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 53-69.
- FARIA, A. M. (1995) - Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In *La Ciudad hispánica. Ciudad y territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 143-153.
- FARIA, A. M. (1996) - Nomes de magistrados em moedas hispánicas. Correções e aditamentos. *Conimbriga*. Coimbra. 35, p. 147-187.
- FARIA, A. M. (1997) - Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 361-371.
- FERNANDES, A. A. (1997) - *Paróquias suévicas e dioceses visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.
- FHA = *Fontes Hispaniae Antiquae*. Barcelona.
- GAMITO, T. J. (1994) - *Ipses* (Vila Velha, Alvor). In *V Jornadas Arqueológicas (Actas)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 213-218.
- GAMITO, T. J. (1997) - *Ipses* (Vila Velha, Alvor). In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 257-263.

- GARCÍA-BELLIDO, M. P.; BLÁZQUEZ, C. (2001) - *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- GASPAR, J. (1970) - Os portos fluviais do Tejo. *Finisterra*. Lisboa. 5:10, p. 153-204.
- GOMES, M. V. (1993) - O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). In *Os Fenícios no território português*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 73-107.
- GOMES, R. V. (2002) - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; BEIRÃO, C. M. (1986) - O Cerro da Rocha Branca (Silves): resultados preliminares de três campanhas de escavações. In *4.º Congresso do Algarve, 19-23 Fev. 1986*. Faro: Racial Clube, 1, p. 77-83.
- GOMES, M. V.; SILVA, C. T. (1987) - *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Vila do Bispo*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.
- GOUBERT, P. (1950) - Le Portugal byzantin. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. Coimbra. 14, p. 273-282.
- GRAEN, D. (2004) - «Sepultus in villa». Bestattet in der Villa. Drei Zentralbauten in Portugal zeugen vom Grabprunk der Spätantike. *Antike Welt*. Mainz. 35:3, p. 65-74.
- GUERRA, A. (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri.
- GUERRA, A. (1995-1997) - A respeito do nome de Vila Franca de Xira. *Cina*. Vila Franca de Xira. 7, p. 155-167.
- GUERRA, A. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular* (tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).
- GUERRA, A. (2001) - Para uma análise das fontes escritas relativas à presença púnica no Ocidente peninsular. In *Os Fenícios no Extremo Ocidente. Actas do Colóquio Internacional (Lisboa, 27 e 28 Out. 2000)*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 25-38.
- GUERRA, A. (2004) - *Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 217-235.
- GUIMARÃES, G.; PINTO, C. T. (2000) - Cerâmica arqueológica de Gaia. Análise de elementos de uma sequência de longa duração. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto. ADECAP. I, p. 491-510.
- HAUSCHILD, T. (2002) - O “ninfheu” de Milreu. In RIBEIRO, J. C., ed. - *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 241-244.
- HESNARD, A. [et al.] (1988) - *L'épave romaine Grand Ribaud D (Hyères, Var)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- IDÁCIO = HYDACE, *Chronique* (edição de A. Tranoy). Paris: Les Éditions du Cerf, 1974.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- LASSERRE, F. (1966) - *Strabon. Géographie. Tome II (Livres III et IV)*. Paris: Les Belles Lettres.
- LEGUAY, J.-P. (1993) - O “Portugal” germânico. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. O., eds. - *Nova História de Portugal. Vol. II. Portugal das invasões germânicas à Reconquista*. Lisboa. Presença, p. 11-115.
- LIBER FIDEI *Sanctae Bracarensis Ecclesiae* (edição de A. J. Costa). Braga: Junta Distrital de Braga. I, 1965.
- LOPES, M. C.; CARVALHO, P. C., GOMES, S. M. (1997) - *Arqueologia do concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal.
- MACHADO, J. P. (1993) - *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MACIEL, M. J. (2003) - O território de Balsa na Antiguidade Tardia. In *Tavira. Território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Tavira: Câmara Municipal, p. 105-126.
- MANTAS, V. G. (1996) - *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras (Tese de doutoramento policopiada).
- MANTAS, V. G. (1997) - *As civitates: esboço de geografia política e económica do Algarve romano*. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- MANTAS, V. G. (2004) - A Lusitânia e o Mediterrâneo. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 63-83.
- MARINHO, J. R. (1998) - As moedas hispano-romanas do território português. Achados recentes e algumas considerações. In *IV Congresso Nacional de Numismática. Actas*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal, p. 21-28.
- OLEIRO, J. M. B. (1963-1964) - O vaso de vidro de Odemira. *Arquivo de Beja*. Beja. 20-21, p. 101-110.
- PALACIOS, F. (1977) - Limites de la diócesis de Osma según la Hitación de Wamba. *Celtiberia*. Soria. 27, p. 93-102.
- PATTON, W. R. (1979-1980). Vid. POLÍBIO.
- PÉREZ VILATELA, L. (2004) - *Lusitania. Historia y Etnología*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- PIEL, J. M. (1936-1945) - *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. 2 vols. Lisboa: Junta de Educação Nacional e Jorge Fernandes.
- POLÍBIO = POLYBIUS, *The Histories* (translated by W. R. PATTON). Cambridge, MA.: Harvard University Press; London: William Heinemann, Ltd (= Loeb Classical Library), 1979-1980.

- POMEY, P.; TCHERNIA, A. (1978) - Le tonnage maximum des navires de commerce romains. *Archaeonautica*. Paris. 2, p. 233-251.
- PRÓSPER, B. M. (2002) - *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad.
- REIS, P. B. (1934) - Moedas de Cilpes e não Cilpe. *Revista de Archeologia*. Lisboa. 2, p. 118-119.
- RIBEIRO, J. C. (1994) - *Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea. Al-madan*. Almada. 2.ª série. 3, p. 75-95.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1975) - *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Valladolid: Universidad; Granada: Universidad.
- SANT-DENIS, E. de (1947) - *Le vocabulaire des animaux marins en latin*. Paris: C. Klincksieck.
- SANTOS, M. L. E. V. A. (1971-1972) - *Arqueologia romana do Algarve*. Vol. I (1971) e II (1972). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SCHULTEN, A. (1959) - *Geografía y etnografía antiguas de la Península Ibérica*, I. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- SILVA, A. C. F. (1994) - As origens do Porto. In RAMOS, L. A. O., ed. - *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- SILVA, A. C. F. (2000) - Proto-História e romanização do Porto. *Al-madan*. Almada. 2.ª Série. 9, p. 94-103.
- SILVA, C. T. (2001) - A Idade do Ferro na região do Baixo Sado. Contribuições recentes. In *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, p. 79-87
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1997) - Nota sobre material anfórico da foz do rio Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 203-220.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1997) - Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais*. Lisboa. Universidade Aberta, p. 33-66.
- TEICHNER, F. (1995) - Un hallazgo de monedas romanas en el "Mare Externum". *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid. 35, p. 281-287.
- TEICHNER, F. (1997) - Note sur le fonds numismatique romain de Foz do rio Arade (Portimão). *Conimbriga*. Coimbra. 36, p. 123-160.
- THA III - Testimonia Hispaniae Antiqua*. Madrid. Fundación El Monte.
- THOMSON, D. W. (1947) - *A glossary of Greek fishes*. London: Oxford University Press.
- TORRES, C. (1977) - *El reino de los Suevos*. La Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- TOVAR, A. (1976) - *Iberische Landeskunde. Zweiter Teil. Die Völker und die Städte des antiken Hispanien. Band 2. Lusitanien*. Baden-Baden: Valentin Koerner.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: De Boccard.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A.M.D. (1998) - Ânforas romanas provenientes do castro de Chibanes. *Al-madan*. Almada. 2.ª Série. 7, p. 172-173.
- VASCONCELOS, J. L. (1905) - *Religiões da Lusitânia*, II. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VÁZQUEZ DE PARGA, L. (1943) - *La División de Wamba: contribución al estudio de la historia y geografía eclesiástica de la Edad Media española*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- WEIGA, E. (1910) - Antiguidades monumentais do Algarve. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15, p. 209-233.

